

Impasse no aumento de salário dos professores

ERIKA KLINGL

DA EQUIPE DO CORREIO

A Procuradoria Geral do Distrito Federal, em resposta a uma consulta da Câmara Legislativa, deu parecer favorável ao pagamento da Gratificação de Regência de Classe (GRC) para aposentados. Esse adicional, conhecido como pó de giz, é pago apenas a professores na ativa. Ontem, o procurador-geral do DF, Túlio Arantes, apresentou um parecer contrário ao entendimento do

governo sobre o pagamento. Hoje, quando o professor se aposenta, a GRC migra para o salário.

Na prática, o professor no fim da carreira não chega a perder dinheiro. O problema é que, a partir do momento em que a gratificação e o salário viram uma coisa só, ele perde o direito aos aumentos dados ao adicional. No dia 20 de junho, por exemplo, a GRC passou de 30% para 43,3%. Mas os aposentados não receberam esse aumento. A análise do procurador foi feita a pedido do deputado

Chico Leite (PT). "Caso o parecer fosse contrário aos aposentados, a idéia era apresentar um projeto de lei garantindo o direito aos inativos", explica o parlamentar.

Esse é apenas um dos problemas que a Secretaria de Educação vai enfrentar nesta semana. O Dia do Professor, comemorado ontem, passou sem que o governo chegasse a um acordo sobre o plano de cargos e salários da categoria. O impasse nas contas impediu a Secretaria de Educação de cumprir o prazo acordado com o Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) para o envio do projeto à Câmara Legislativa na data simbólica. Depois de, pelo menos, quatro conversas entre o governador José Roberto Arruda e os secretários de Planejamento, Ricardo Penna, e

de Educação, José Luiz Valente, as contas precisaram ser refeitas. "O governador quer que se beneficie a maior quantidade de professores sem estourar as contas", explicou Valente.

"Vamos mexer em alguns percentuais e é provável que as mudanças passem tanto pelo salário-base como pelas gratificações", afirmou Valente, que se reúne hoje com Penna e Arruda para tentar bater o martelo sobre as tabelas. À noite, com os valores acertados, a proposta será apresentada ao Sinpro. Durante inauguração da reforma do Pistão Norte de Taguatinga, ontem, o governador José Roberto Arruda disse que o projeto pode não ser o ideal, mas dará mais dignidade à categoria. "Queremos que os professores tenham

uma progressão de carreira por tempo de serviço e por titularidade. Quem estuda mais, merece ganhar mais", afirmou. Arruda acrescentou que os servidores de escolas que conseguirem reduzir a evasão escolar e aumentar as notas dos alunos nas avaliações também serão premiados. "Mas isso tudo será discutido antes com o sindicato", destacou.

Pelo projeto da Secretaria de Educação para o plano de cargos e salários, a principal mudança na remuneração da categoria seria no salário inicial, que serve de base de cálculo para as gratificações. O salário, hoje de R\$ 924, ficaria entre R\$ 2 mil e R\$ 2,7 mil, conforme a titulação e o tempo de carreira dos docentes — um aumento de 110% a 190%. As gra-

tificações, no entanto, migrariam para o salário-base, diminuiriam ou seriam extintas.

Está marcada para amanhã uma assembléia geral do Sinpro com indicativo de greve, caso o plano não agrade aos docentes. "O grande reajuste do salário-base é bom, mas só ele não nos interessa", afirma Antônio Lisboa, diretor do Sinpro. "O governo quer debater as gratificações, mas o que vale para a gente é o salário final", contesta. Hoje, de manhã, haverá uma audiência pública na Câmara Legislativa para debater os pontos centrais do plano de cargos e salários. Por volta das 16h, em todas as regiões administrativas, professores vão abordar o tema.

COLABOROU: ADRIANA BERNARDES